



PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E O TRABALHO PROFISSIONAL

Ana Lúcia Fiuza da Silva Avilla¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar parte da discussão e resultado do estudo sobre o trabalho do assistente social nos hospitais privados: notas sobre o projeto ético-político do serviço social. Que teve como um dos marcos teóricos do estudo, o debate histórico e conceitual sobre o projeto ético-político, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica que fundamenta esse marco teórico em questão. Portanto, este artigo está articulado ao eixo: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Em particular ao debate do trabalho profissional que é a categoria que estruturou a pesquisa em sua totalidade.

Palavras-chave: Projeto Ético-Político; Emancipação Humana; Marxismo.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Ético Político do Serviço Social, em seu processo de construção no Brasil iniciou no fim da década de 1970, marcado pelo momento de questionamento do serviço social conservador, em que a categoria criticava sua base tradicional. Entende-se como serviço social tradicional “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais que tinha como base uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consistia na numa atuação psicossocial como ferramenta para o que consistia numa “correção” – partindo de um ponto de vista funcionalista – sobre o que estava indesejado e inadequado sobre a concepção ideal e mecanicista da dinâmica social do ponto de vista do ordenamento da sociabilidade do capital.

Neste artigo pretendemos discutir alguns pontos relevantes sobre o projeto profissional do serviço social, esses apontamentos fazem parte do resultado da pesquisa bibliográfica do trabalho de conclusão de curso do serviço social e também como parte do levantamento teórico da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UERJ. É importante ressaltar que dissertar sobre este objeto faz-se necessário articular sua construção com o desenvolvimento do serviço social como profissão historicamente². Contudo, o recorte feito do objeto para esse artigo busca tratar de forma elementar possibilidades e alternativas para o projeto ético político na contemporaneidade no contexto de lutas emancipatórias e levantar questões do ponto de vista do trabalho profissional. Utilizando-se do método materialismo histórico dialético de cariz marxista, através de uma pesquisa bibliográfica especificamente sobre este eixo do estudo em questão.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ. EIXO: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. E-mail: analidiafiuza@gmail.com

² Não é meu objetivo fazer um resgate histórico do Projeto Profissional, mas colocar alguns fundamentos para realização de um debate na direção da luta de classe em favor da transformação social. Para aprofundar o debate histórico recomenda-se realizar a leitura dos textos referenciados na bibliografia.



2. PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS

É essencial que um profissional, um assistente social saiba diferenciar os projetos profissionais dos projetos societários. Segundo Netto (1999), os projetos societários são coletivos, pressupõe uma imagem de sociedade a ser construída, são projetos macroscópicos voltados para a sociedade; os projetos profissionais são coletivos, apresentam a autoimagem da profissão e norteiam as relações do profissional com todos os atores envolvidos na sua atuação profissional.

Segundo Netto (1999) *“a ação humana, seja individual, seja coletiva, [...] implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar”*. O que é um projeto? Entendemos como projeto, algo programado, esquematizado, é algo que se planeja alcançar, é idealizado, é um sonho. Com isso, podemos dizer que existe diversos projetos, pois o ser humano é sonhador, tem capacidade teleológica é por isso além de idealizar o que quer, pode planejar todo o trajeto para alcançá-lo.

Numa sociedade política democrática existe sempre concorrência de diversos projetos societários. Nos projetos societários assim como em qualquer projeto coletivo, há uma dimensão política e estes também se transformam de acordo com a conjuntura histórica e política; o contexto é sempre de disputa por adesão dos membros da sociedade.

Todavia, também a experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes (NETTO, 2006, p. 3).

Resumidamente, abordaremos o processo histórico da construção do projeto profissional do serviço social que foi impulsionado pela a conjuntura histórica do Movimento de Reconceituação da Profissão, somado ao processo de democratização da sociedade brasileira. Podemos afirmar que a gênese do Projeto Ético Político foi o Congresso da Virada realizado no III CBAS em 1979, realizado em São Paulo; onde a categoria rompeu com as bases tradicionais da profissão, resultado do processo de Renovação do Serviço Social.

O projeto avançou nos anos 1980, em 1986 temos a formulação de um novo Código de Ética da profissão. Porém a consolidação do projeto profissional foi efetivada nos anos 1990, com a maturidade profissional e acadêmica do serviço social através dos cursos de pós-graduação, tendo em vista que os projetos profissionais requerem valores éticos o código de ética tem um valor central na materialização do projeto (NETTO, 1999). Com isso, o contexto da formulação do projeto se processa na década de 1970 a 1980 (processo de redemocratização brasileira e de recusa ao conservadorismo profissional do serviço social), amadureceu na década de 1990, destaca-se a formulação do Código de Ética de 1993.



O período da década de 1990 foi de profundas transformações societárias, que impactaram em diversos setores da sociedade, o Código de Ética/1993 foi formulado no sentido de adequar a profissão as condições postas, com vista à construção de um novo perfil profissional comprometido com a emancipação do homem, vinculado à dimensão ética e política direcionada a uma sociedade democrática. O desenvolvimento e amadurecimento do projeto profissional no bojo das transformações da sociedade capitalista, acompanhando o movimento da economia, da política, da história assim como o processo de amadurecimento da profissão.

O projeto profissional do Serviço Social é vinculado ao projeto de transformação da sociedade, os projetos societários estão sempre presentes nos projetos coletivos. É ele que deve transparecer em todas as atuações do assistente social, neste caso direcionado para a transformação da sociedade e em favor da classe trabalhadora. Então nas atividades de sala de espera, processos de supervisão, plantões sociais, elaboração e execução de projetos devem ser embutidos a direção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro. O compromisso do Projeto Ético Político do Serviço Social, pauta-se na liberdade como valor ético central, na emancipação e expansão dos indivíduos sociais e com a autonomia dos sujeitos e do próprio profissional, enfim, nos seus onze princípios. Cabe ressaltar que os princípios do Código de Ética não é o único determinante do projeto, mas cabe o destaque do mesmo devido ao impacto que sua leitura, análise e atuação em diferentes perspectivas favorecem projetos societários diferentes. Então, esse compromisso não se apresenta como unidade no cotidiano, pois os projetos profissionais se apresentam como linhas de desenvolvimento diversificado e se colocam a partir de escolhas conscientes ou não no cotidiano (VASCONCELOS, 2015).

De acordo com Vasconcelos (2015), temos projetos construídos em linhas de desenvolvimento que dão direção social nas escolhas das estratégias e intervenções profissionais no cotidiano. A autora aponta quatro projetos profissionais e suas essencialidades no exercício profissional mediado por eles. Percebe-se que a reprodução da afirmativa que o Projeto Ético-Político é hegemônico sem identificá-lo como síntese de múltiplas determinações pode causar equívocos nas ações cotidianas e nas análises teóricas. Quais são eles? Projeto com influência da tradição marxista; projeto de cariz tecnocrático, projeto assentado numa vertente conservadora e projeto que constitui uma vertente aparentemente radical³.

O enquadramento nessas linhas de desenvolvimento de projeto raramente é uma escolha consciente, e a intenção de atuar de acordo com o projeto ético-político não garante uma objetivação em favor da classe trabalhadora e ao mesmo tempo não são excludentes.

³Para estudo aprofundado sobre a discussão ver: Vasconcelos (2015).



Pretende-se expor aqui elementos que destaquem e sintetize as determinações do “projeto com influência da tradição marxista”, o que já foi sendo realizado no texto até o momento e que se denomina de Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro.

Este projeto nasce do processo de enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional iniciado na transição da década de 1970 à de 1980 com a “intenção de ruptura” [...] nomeado Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro (década de 1990, até os dias atuais). No meu entender, este projeto toma como base, antes de tudo, os princípios do Código de Ética do assistente social (que, não fragmentados, lhes servem de preceito) e o projeto de formação da ABEPSS, que traz explícita a referência na teoria social crítica – Marx e o marxismo. Ou seja, nos onze princípios do Código de Ética tomados como totalidade [...] rumo à emancipação humana (Vasconcelos, 2015, p. 297).

Enfim, como pressuposto neste estudo parte-se do entendimento que o projeto profissional é para além dos direitos e da cidadania burguesa, este projeto é apreendido como um processo histórico em permanente construção na direção da emancipação humana. O que traz claramente uma referência na teoria social crítica, assentado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que impõe articulação com pesquisa, movimentos sociais e formação continuada, apreendido como projeto que vem dando direção no debate teórico e na luta política da profissão e que tem como desafio sua implementação na mediação do trabalho profissional.

3. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E TRABALHO PROFISSIONAL

Temos de deixar claro que quando falamos de Projeto Ético-Político ou Projeto Profissional estamos nos referenciando ao projeto de influência de tradição marxista. É um projeto que propicia uma leitura crítica dos onze princípios do Código de Ética tomando-os como totalidade a partir do referencial marxiano/marxista.

Este pressuposto é fundamental para a reflexão do trabalho do assistente social na atualidade. Tendo em vista, que o trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais é de tensão devido às determinações do trabalho abstrato que o conjuga como trabalhador assalariado, revelando que o assistente social tem limites no exercício da sua profissão. A suposta autonomia que o Código de Ética garante na verdade revela-se como uma relativa autonomia, e é um processo, conjugada na requisição do empregador e nas demandas derivadas das necessidades sociais dos sujeitos (IAMAMOTO, 2012).

É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos (Ibdem, 2012, p. 219).

A condição assalariada do assistente social, independente de ser funcionário do setor público ou privado envolve condições que regulam e estabelecem as condições de trabalho. No entanto, deve-se resguardar a relativa autonomia na condução do exercício



profissional através do projeto profissional, para realizar esse movimento a profissão deve ser analisada dentro de um viés de totalidade a partir das determinações do trabalho abstrato e a partir disto é possível analisar o trabalho útil de forma consistente (IAMAMOTO, 2012).

Então, na atualidade, devido às transformações societárias, o contexto se apresenta cada vez mais adverso, assim a dificuldade para consolidar o projeto ético político também está cada vez mais é acentuada. As transformações societárias vêm se expressando de forma desregulamentada pela globalização econômica mundial, dessa forma também traz impactos no mercado de trabalho do assistente social. Analisando a economia mundial, Netto (1996), observa que esta se expressa de forma desregulamentada pelo capitalismo financeiro (as características desta fase são de especulação financeira desenfreada e superacumulação). As transformações societárias que se colocaram em curso na década de 1970, fase do capitalismo tardio, transitando para um período de acumulação flexível (período de reestruturação produtiva que no Brasil se intensifica mais no final da década de 1970 com ápice no período de intensificação do neoliberalismo já no final da década de 1980). Foi marcado pelo período da Revolução Tecnológica que implica na substituição do trabalho vivo (trabalhadores) pelo trabalho morto, e frente a essa dinâmica o capital tem se favorecido com as mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Diante disto, percebemos que uma leitura que parte de uma análise da economia política é ainda e se coloca como substancial e alicerçador.

Essas transformações, evidenciadas por Netto (1996), também trazem impactos na sociedade, com base na análise do autor podemos destacar: o crescente distanciamento entre ricos e pobres, ascensão do racismo e da xenofobia, a destruição do meio ambiente pela ambição do capitalismo, a chamada crise ecológica e os segmentos sociais desprotegidos, ao qual se relacionam a questão da “invisibilidade social”. Surgimento de agentes sociais independentes: jovens e mulheres. O enfraquecimento da sindicalização e ênfase na cultura do consumo, entre outros.

Em particular sobre o mercado de trabalho do assistente social, apesar dos avanços em níveis de amadurecimento intelectual, construção de órgãos de representatividade, contribuições nos processos de discussão e construção de leis entre outros pontos positivos, a profissão atravessa um processo de precarização assim como a realidade colocada para os demais trabalhadores.

As mudanças ocorrem na produção e reprodução das classes e das suas relações, desta forma atingindo a todos, afetando a divisão social e técnica do trabalho influenciando modificações nos parâmetros de conhecimento, modalidades de formação e de práticas. No entanto, são complexas e se remetem a cada profissão, necessitando de uma análise de seus processos sociais de forma particular e ampliada.



O Serviço Social dentro deste contexto sofre com as imposições do capitalismo financeiro, a saber: segmentação das atividades profissionais, precariedade nas condições de trabalho tanto na instituição pública quanto na privada, refilantropização da assistência, precariedade na formação, tanto pública quanto privada (a lógica do capital predomina nos dois setores mesmo sendo caracterizada de forma diferente), entre outros.

Toda essa conjuntura dificulta a consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social, pois o contexto social é complexo, contraditório e se coloca como numa dinâmica permanente de correlação de forças antagônicas.

[...] a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento da arena sócio-histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidade na realização daquele projeto (IAMAMOTO, 2012, p. 230).

Então, as mudanças no padrão de acumulação nos marcos da mundialização financeira - tempo de capital fetiche - agrava o quadro das reformas do Estado (na retirada de direitos) e acirram as desigualdades sociais devido às mudanças na forma de trato das políticas sociais. Nesse contexto, as demandas, os processos, as condições de trabalho do profissional de serviço social se transformam seguindo as tendências do mercado de trabalho. Assim, não podemos perder de vista que o assistente social é um trabalhador assalariado que deve fazer parte das lutas coletivas da classe trabalhadora, pois faz parte dela.

Logo, o principal desafio na atualidade é reforçar o projeto ético político da profissão, torná-lo realmente um guia para o exercício profissional na contramão dos ditames do mercado, ou seja, das imposições do neoliberalismo. É um desafio que está posta na tensão entre o estatuto assalariado e o próprio Projeto Profissional.

Logo, não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e os resultados derivados de sua efetivação. Para decifrar esse processo, é necessário entender as mediações sociais que atravessam o campo de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2012, p. 231).

Para consolidar, reforçar o Projeto Ético Político e garantir a relativa autonomia do assistente social é necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que sustentam a profissão. O projeto ético político baseia-se no referencial marxista, assumindo uma postura em favor da classe trabalhadora, ou seja, expressa a perspectiva hegemônica impressa no Serviço Social Brasileiro (CFESS, 2012).

O projeto ético político não se objetiva num papel – não é um documento - é um valor que norteia o exercício profissional do assistente social, o projeto não está escrito. Por exemplo, os parâmetros para atuação do assistente social na saúde⁴ que é um documento palpável, o projeto profissional não é assim. O projeto profissional é fruto da expressão do

⁴ Documento elaborado pelo CFESS com o objetivo de traçar diretrizes profissionais publicado em 2010 com a finalidade de referenciar o trabalho do assistente social na área da saúde.



movimento político da categoria pela democratização da sociedade, ou seja, se expressa processualmente quando segmentos da categoria passam a orientar sua atuação contra o projeto conservador do Serviço Social e também contra o projeto societário conservador que é submisso às determinações do capitalismo. O que dá materialidade ao projeto é o Código de Ética Profissional/1993, a Lei de Regulamentação da Profissão - Lei n. 8.662/93 - e as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social – ABEPSS/1993.

Assim, os componentes que dão materialidade ao projeto são: a dimensão da produção de conhecimentos no interior do serviço social, pautada na esfera da sistematização, da investigação, dos processos reflexivos do fazer profissional e a dimensão político organizativa da profissão. Sobre a dimensão político organizativa da profissão nos referimos ao Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, aos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, a ABEPSS e as outras associações políticas organizacionais. E a dimensão jurídico política da profissão que se refere aos aparatos jurídicos já citados: Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares, além da Constituição Federal e legislações vigentes (BRAZ, 2009).

Para optar pelo projeto profissional, o assistente social também precisa apreender o tripé da profissão, pois trata-se de uma escolha ético-política e teórico-metodológica frente aos diferentes projetos. A dimensão ético-política é o compromisso que a profissão tem com a classe trabalhadora e com a transformação social. A dimensão teórico-metodológica remete-se ao embasamento do referencial teórico e ter conhecimento da teoria que orienta a prática, ou seja, vai direcionar a sua intervenção no sentido de como fazer. A dimensão técnico-operativa é domínio dos instrumentos disponíveis para o exercício profissional e não só os instrumentais técnicos, mas também dominar os aportes legais e normativos que subsidiam a profissão.

Contudo, a materialização do projeto se dá através das ações interventivas dos profissionais no seu cotidiano de trabalho.

O que merece destaque é que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa [...] Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é histórico e dotado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não embace a dimensão técnico-profissional. Isto porque ele estabelece um norte, quanto a forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade da práxis social (IAMAMOTO, 2012, p. 227).

Então o desafio para efetivar o projeto ético político envolve a efetivação dos princípios do Código de Ética/1993 no cotidiano, para dar indicação no modo de operar o trabalho profissional. Podemos destacar alguns como: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos; defesa do



aprofundamento da democracia, da participação política, da cidadania; o posicionamento em favor da equidade e da justiça social que assegure universalidade de acesso a bens e serviços relativos às políticas sociais; compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população, etc. (CFESS, 2012).

Contudo, não basta apenas optar pelo projeto, tomar como intenção esses princípios sem uma direção. E o projeto profissional que tomamos como pressuposto rompe com a ética burguesa, ou seja, não basta tomar os princípios do código como direcionamento para ação sem qualificá-los. O conjunto de princípios como expressão ideo-política do Projeto Profissional é tomado como um compromisso a se realizar na luta em favor de uma nova sociabilidade. Uma sociedade de mulheres e homens emancipados, livres. Ou seja, é desvelar o caráter anticapitalista dos princípios e trazê-los a luz da teoria crítica.

O assistente social precisa ter conhecimento teórico e ético-político, e segurança na sua apreensão, assim, ele passa a compreender criticamente o movimento do real para intervir nas demandas do cotidiano. E desta forma, passa atuar com elementos capazes de favorecer alternativas coletivas para as demandas do cotidiano, ou seja, em favor dos usuários numa perspectiva emancipatória. Nesse contexto, se destaca o papel do planejamento, da sistematização do exercício profissional e da produção de conhecimentos.

Os desafios presentes no campo de atuação exigem do (a) profissional domínio de informações, para identificação dos instrumentos a serem acionados e requer habilidades técnico-operacionais, que permitam um profícuo diálogo com os diferentes segmentos sociais. O conhecimento da realidade possibilita o seu deciframento para “iluminar” a condução do trabalho a ser realizado. A pesquisa, portanto, revela-se um vital instrumento e torna-se fundamental incorporá-la aos procedimentos rotineiros (CFESS, 2012, p. 31).

Compreendemos que as atividades de avaliação, sistematização, investigação são importantes instrumentos para contribuir com a formulação do projeto profissional fundado na perspectiva de transformação social. Portanto essas atividades quando articuladas dão concretude ao projeto profissional.

Garantir a relativa autonomia através da efetivação do projeto ético político trata de impregnar os princípios do código de ética na direção do trabalho, ao qual vai direcionar o profissional em seus direitos e deveres e também contribuirá para direcionar a relação com os usuários, com outros profissionais, com a instituição empregadora, entre outros. É ter clareza que a transformação da sociedade depende de indivíduos comprometidos na teoria e na prática com a construção de uma nova sociabilidade e ter clareza que esta sociedade livre busca a formação do homem integral exigindo uma emancipação para além da emancipação política.

E perceber que no mesmo processo dialético que se coloca os limites para implementação do projeto, se coloca as alternativas. Na dinâmica dessas relações é que se encontram os problemas a serem enfrentados. Portanto nos limites para a implementação



do projeto profissional e onde há possibilidades de conduzir um trabalho em favor da classe trabalhadora, o profissional precisa estar comprometido com uma atualização contínua e está em sintonia constante com os conselhos profissionais e também com os conselhos de direito (IAMAMOTO, 2012).

O desafio é o assistente social ultrapassar a perplexidade e apropriar-se dos novos espaços profissionais, orientando a atuação segundo os princípios ético-políticos da profissão. Requer incluir a investigação enquanto um componente fundamental do exercício, condição para o desvendamento da realidade e para supor alternativas de ação compatíveis com as necessidades e interesses dos usuários. Para tanto é necessário desenvolver a sistematização das informações obtidas no contato direto com os cidadãos e cidadãs nos plantões de atendimento e nas várias abordagens profissionais, articulando propostas sistemáticas de pesquisa com os projetos de intervenção técnica (CFESS, 2012, p. 63).

O trabalho do Assistente Social tem uma direção ética, política e teórica, portanto sistematizar não é registrar as atividades do cotidiano.

A sistematização possui, ainda, outro significado importante para a profissão, que é a sua contribuição nos processos de conquista de uma autonomia do Serviço Social no âmbito do estabelecimento onde atua [...] Neste sentido, a sistematização de seu trabalho não só auxilia o próprio reconhecimento pelo Serviço Social dos limites, dos avanços e da contribuição efetiva de sua atuação, como pode se tornar um componente importante de sua visibilidade social e institucional (ALMEIDA, 2006, p. 5).

Assim, sistematizar é um processo contínuo que necessita ser orientado por um referencial teórico, ou seja, é uma reflexão da realidade que deve acontecer em todo o momento metodológico, que necessita de um projeto de trabalho, porém não é reduzido a ele, possibilitando construir conhecimento sobre a prática a fim de realimentar a própria prática, contudo está inserido na dimensão investigativa do serviço social e é um instrumento fundamental para dar materialidade a profissão (ALMEIDA, 2006).

Todo o esforço no sentido de reconhecer a sistematização como uma dimensão constitutiva do trabalho do Assistente Social encerra um conjunto de investimentos de diversas ordens [...] ressaltamos, na verdade, que o trabalho do Assistente Social deve ser necessariamente atravessado por procedimentos investigativos (ALMEIDA, 2006, p. 6).

Enfim, podemos concluir que a sistematização é um processo de pesquisa empírica sobre a realidade, é um momento que permite ao profissional refletir, reorganizar e repensar a sua prática, porém deve ser feito a partir de um referencial teórico e político. Sistematizar a prática possibilita ao profissional atender os interesses institucionais sem deixar sobrepor-se a sua relativa autonomia, para tal faz-se necessário apropriar-se do referencial hegemônico da categoria, ao qual possibilita uma análise crítica da realidade. (NETTO, 1989; ALMEIDA, 2006).

Sistematizar a experiência profissional colabora para que os profissionais façam uma opção consciente pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro, na medida em que possibilita visitar a sua atividade, analisando-a e avaliando-a, e com isso, criando novas alternativas de intervenção na realidade. A escolha do referencial adequado faz toda a diferença nesse processo.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto ético político do serviço social brasileiro não é uma imposição aos assistentes sociais, percebemos como um invocar frente aos dois componentes essenciais de implementação: o Código de ética/1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão. E chamamos atenção que optar pelo referido projeto é defender a prioridade das demandas dos trabalhadores/usuarios a partir de uma escolha consciente. E ficar atento para não fragmentar os 11 princípios do Código de Ética/1993, para que nas brechas do cotidiano os interesses da classe trabalhadora sejam colocados no centro da disputa hegemônica, ou seja, nas tensões que se colocam no cotidiano profissional somando forças para a luta social. Descatamos assim, a importância do assistente social entender o significado social da profissão nesse contexto de desconstrução de direitos, ao qual a realidade se apresenta como barbárie.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, N. L. T. **Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social.** In: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional.* São Paulo, Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- BRAZ, M; TEIXEIRA, J. B. **O projeto ético-político do Serviço Social.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- CRESS 7ª Região (RJ). **Assistente Social: Ética e Direitos.** Coletânea de Leis e Resoluções. 5ª. Edição (revista e atualizada). Rio de Janeiro, Junho, 2008.
- IAMAMOTO. M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7ª ed. São Paulo. Cortez. 2012.
- NETO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 1996. nº. 50. p. 87-129.
- _____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.
- _____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. **Saúde e Serviço Social: Formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2006.
- VASCONCELOS, A. M. de. *A/O Assistente Social na Luta de Classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas.* 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.